

Rural Electrification and Access to Electricity: an Issue Environmental, Economic Policy and Human Rights

Camargo, Ednaldo J. S. Mestre em Direito pela Unimes-Santos, Mestre em Energia e Doutorando pelo IEE – Instituto de Energia e Ambiente – USP

RIBEIRO, F.S. Professor- Doutor, Livre Docente pela Escola Politécnica – USP, Professor da UNESP – Guaratinguetá.

1

¹ Ednaldo José Silva de Camargo
Doutorando em Energia pelo IEE-USP – Instituto de Energia e
Ambiente – Universidade de São Paulo
e-mail: ednaldocamargo@hotmail.com cel.: 55 11 9 9135-
6745

Resumen — Este trabalho analisa a forma como o tema da eletrificação rural tem sido tratado ao longo dos anos no Brasil, evidenciando os pontos que afastavam o direito ao atendimento pelo serviço público de distribuição de energia elétrica das comunidades rurais. Analisando o “Programa Luz para Todos”, seus critérios, normas e resultados, demonstra a mudança da visão governamental sobre a natureza política da questão do acesso e inclusão a este serviço público. Ao final aponta a necessidade de uma total revisão conceitual e normativa para que esta abordagem inclusiva seja incorporada à cultura do Setor Elétrico, garantindo aos moradores rurais os direitos hoje restritos aos urbanos. Por fim reforça o caráter de direito humano, universal e geral do acesso à energia elétrica, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, utilizando a experiência do Programa Luz para Todos como uma das possibilidades de garantia de atendimento universal e inclusivo.

Palavras Chave — Direitos humanos, Eletrificação rural, Políticas públicas, Programa Luz para Todos, Serviços Públicos

Abstract — This paper looks at how rural electrification has been treated over the years in Brazil, highlighting the points that drove away the right service for the public service of electricity distribution in rural communities. Analyzing the "Luz para Todos" program, their rules, standards and results, demonstrates the change of government view of the political nature of the issue of access and inclusion to this public service. At the end indicates the need for an overall conceptual review and rules for this inclusive approach is built into the Power Sector culture, ensuring that rural residents may have equal rights today restricted to urban people. Finally reinforces the character of human right, universal and general access to electricity, since the Universal Declaration of Human Rights of 1948, using the experience of the Luz para Todos program as one of the universal and inclusive service assurance possibilities.

Keywords — Human Rights, Luz para Todos program, Public policies, Public services Rural electrification.

“Quando se discute a distribuição de riqueza, a política está sempre por perto, e é difícil escapar aos preconceitos e interesses de classe que predominam em cada época.” Thomas Piketty. O Capital no século XXI

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisará a forma como o tema da eletrificação rural tem sido tratado ao longo dos anos, evidenciando os pontos que afastam o direito ao atendimento pelo serviço público de distribuição de energia elétrica às comunidades rurais, especialmente as mais pobres. Este trabalho utiliza o método analítico dedutivo, com análise de textos dos pesquisadores clássicos do tema, pesquisa bibliográfica, estudo da legislação vigente e da revogada, de modo comparativo, bem como da análise comparativa entre dados dos últimos anos relativos ao atendimento no meio rural. O artigo terá por base a análise do Programa Luz para Todos, do ponto de vista de seus critérios, arcabouço normativo e resultados obtidos, o estudo da legislação relativa ao serviço público de distribuição de energia elétrica, demonstrando ter havido uma mudança na visão governamental acerca da natureza política da questão do acesso e inclusão ao serviço público de distribuição de energia elétrica. O artigo, ao final apontará circunstâncias que demonstram que esta visão transformadora e incluyente tende a ser novamente superada pela visão econômico-financeira, da energia elétrica como produto, indicando pontos que podem ser objeto de alterações normativas, bem como das resoluções e instruções emitidas pelo agente regulador que sejam conflitantes com as determinações legais, constitucionais, e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, utilizando a experiência do Programa Luz para Todos como uma das possibilidades de garantia de atendimento universal e inclusivo.

2. A ELETRIFICAÇÃO RURAL NO BRASIL

Com tradição de exclusão dos moradores das áreas rurais do acesso ao serviço público de distribuição de energia elétrica, a eletrificação rural no Brasil passou a ter uma visão universalizante somente a partir dos anos 1980, contudo esbarrando no binômio custo de implantação e baixa rentabilidade financeira dos consumidores rurais, os modelos se inviabilizaram por conta da visão meramente mercadológica do acesso à energia elétrica. Tendo como marco inicial a data de 23 de maio de 1923 [12], o atendimento ao consumidor rural passou por diversas fases, mas foram necessárias oito décadas, quase um século, para